

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
EDITAL FFLCH/FLT nº 004/2023

ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CONCURSO PÚBLICO DE TÍTULOS E PROVAS VISANDO O PROVIMENTO DE 01 (UM) CARGO DE PROFESSOR DOUTOR NO DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA COMPARADA DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

O Diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo torna público a todos os interessados que, de acordo com o decidido pela Congregação em sessão ordinária realizada em 21 de dezembro de 2023, estarão abertas, pelo prazo de 60 (sessenta) dias com início às 08 horas (horário de Brasília) do dia 05/01/2024 e término às 17 horas (horário de Brasília) do dia 04/03/2024, as inscrições ao concurso público de títulos e provas para provimento de 01 (um) cargo de Professor Doutor, referência MS-3, em Regime de RDIDP (Regime de Dedicção Integral à Docência e Pesquisa), claro/cargo nº 1241745, com o salário de R\$ 14.761,10. (maio/2023), junto ao Departamento Teoria Literária e Literatura Comparada, na área de Teoria Literária e Literatura Comparada, nos termos do art. 125, parágrafo 1º, do Regimento Geral da USP, e o respectivo programa que segue:

1. Os gêneros literários: teoria, história e problematização;
2. Aspectos da teoria da poesia;
3. Aspectos da teoria do romance;
4. Aspectos da teoria do conto;
5. Aspectos da teoria do drama;
6. Linguagem poética: sonoridade, ritmo e imagem;
7. Elementos formais da narrativa;
8. Estudos Comparatistas: teorias e leituras;
9. Literatura, outras artes e outros saberes;
10. Correntes críticas na teoria literária;
11. A literatura e o leitor;
12. Natureza e função da literatura na sociedade contemporânea.

O concurso será regido pelos princípios constitucionais, notadamente o da impessoalidade, bem como pelo disposto no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade de São Paulo e no Regimento da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

1. Os pedidos de inscrição deverão ser feitos, exclusivamente, por meio do *link* <https://uspdigital.usp.br/gr/admissao> no período acima indicado, devendo o candidato preencher os dados pessoais solicitados e anexar os seguintes documentos:

I – memorial circunstanciado e comprovação dos trabalhos publicados, das atividades realizadas pertinentes ao concurso e das demais informações que permitam avaliação de seus méritos, em formato digital;

II – prova de que é portador do título de Doutor outorgado pela USP, por ela reconhecido ou de validade nacional;

III – prova de quitação com o serviço militar para candidatos do sexo masculino;

IV – certidão de quitação eleitoral ou certidão circunstanciada emitidas pela Justiça Eleitoral há menos de 30 dias do início do período de inscrições;

V – documento de identidade oficial.

§ 1º - Elementos comprobatórios do memorial referido no inciso I, tais como maquetes, obras de arte ou outros materiais que não puderem ser digitalizados deverão ser apresentados até o último dia útil que antecede o início do concurso.

§ 2º - Não serão admitidos como comprovação dos itens constantes do memorial *links* de Dropbox ou Google Drive ou qualquer outro remetendo a página passível de alteração pelo próprio candidato.

§ 3º - Para fins do inciso II, não serão aceitas atas de defesa sem informação sobre homologação quando a concessão do título de Doutor depender dessa providência no âmbito da Instituição de Ensino emissora, ficando o candidato desde já ciente de que neste caso a ausência de comprovação sobre tal homologação implicará o indeferimento de sua inscrição.

§ 4º - Os docentes em exercício na USP serão dispensados das exigências referidas nos incisos III e IV, desde que tenham comprovado a devida quitação por ocasião de seu contrato inicial.

§ 5º - Os candidatos estrangeiros serão dispensados das exigências dos incisos III e IV, devendo comprovar que se encontram em situação regular no Brasil.

§ 6º - O candidato estrangeiro aprovado no concurso e indicado para o preenchimento do cargo só poderá tomar posse se apresentar visto temporário ou permanente que faculte o exercício de atividade remunerada no Brasil.

§ 7º - No ato da inscrição, os candidatos com deficiência deverão apresentar solicitação para que se providenciem as condições necessárias para a realização das provas.

§ 8º - É de integral responsabilidade do candidato a realização do *upload* de cada um de seus documentos no campo específico indicado pelo sistema constante do *link* <https://uspdigital.usp.br/gr/admissao>, ficando o candidato desde já ciente de que a realização de *upload* de documentos em ordem diversa da ali estabelecida implicará o indeferimento de sua inscrição.

§ 9º - É de integral responsabilidade do candidato a apresentação de seus documentos em sua inteireza (frente e verso) e em arquivo legível, ficando o candidato desde já ciente de que, se não sanar durante o prazo de inscrições eventual irregularidade de *upload* de documento incompleto ou ilegível, sua inscrição será indeferida.

§ 10 - Não será admitida a apresentação extemporânea de documentos pelo candidato, ainda que em grau de recurso.

§ 11 - No ato da inscrição, o candidato que se autodeclarar preto, pardo ou indígena manifestará seu interesse em participar da pontuação diferenciada prevista no item 11 e seus parágrafos deste Edital.

§ 12 - Para que faça jus à bonificação a candidatos autodeclarados pretos e pardos, o candidato deverá possuir traços fenotípicos que o caracterizem como negro, de cor preta ou parda.

§ 13 - A autodeclaração como preto ou pardo feita pelo candidato que manifestar seu interesse em participar da pontuação diferenciada será sujeita a confirmação por meio de banca de heteroidentificação.

§ 14 - Na hipótese de não confirmação da autodeclaração de pertença racial, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

§ 15 - Para confirmação da autodeclaração do candidato indígena será exigido, no ato da inscrição, o Registro Administrativo de Nascimento do Índio - Rani próprio ou, na ausência deste, o Registro Administrativo de Nascimento de Índio - Rani de um de seus genitores.

§ 16 – Situações excepcionais poderão ser avaliadas pelo Conselho de Inclusão e Pertencimento, que poderá admitir a confirmação da autodeclaração do candidato como indígena por meio de, cumulativamente, memorial e declaração de pertencimento étnico subscrita por caciques, tuxauas, lideranças indígenas de comunidades, associações e/ou organizações representativas dos povos indígenas das respectivas regiões, sob as penas da Lei.

§ 17 - As normas vigentes para apresentação dos documentos referentes à autodeclaração como preto, pardo e indígena, bem como para sua confirmação, estão disponíveis no site da Secretaria Geral da USP (<https://secretaria.webhostusp.sti.usp.br/?p=12343>).

§ 18 - Para fins do inciso III, serão aceitos os documentos listados no art. 209 do Decreto Federal nº 57.654/1966, ficando dispensados de fazê-lo os candidatos do sexo masculino que tiverem completado 45 (quarenta e cinco) anos até o dia 31 de dezembro do ano anterior ao período de abertura de inscrições.

2. As inscrições serão julgadas pela Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, em seu aspecto formal, publicando-se a decisão em edital.

Parágrafo único – O concurso deverá realizar-se no prazo de trinta a cento e vinte dias, a contar da data da publicação no Diário Oficial do Estado da aprovação das

inscrições, de acordo com o artigo 134, parágrafo único, do Regimento Geral da USP.

3. O concurso será realizado segundo critérios objetivos, em duas fases, por meio de atribuição de notas em provas, assim divididas:

1ª fase (eliminatória) – prova escrita – peso 1

2ª fase – I) julgamento do memorial com prova pública de arguição - peso 3

II) prova didática - peso 1

§ 1º - A convocação dos inscritos para a realização das provas será publicada no Diário Oficial do Estado.

§ 2º - Os candidatos que se apresentarem depois do horário estabelecido não poderão realizar as provas.

4. A prova escrita, que versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, será realizada de acordo com o disposto no art. 139, e seu parágrafo único, do Regimento Geral da USP.

I – a comissão organizará uma lista de dez pontos, com base no programa do concurso e dela dará conhecimento aos candidatos, 24 (vinte e quatro) horas antes do sorteio do ponto, sendo permitido exigir-se dos candidatos a realização de outras atividades nesse período;

II – o candidato poderá propor a substituição de pontos, imediatamente após tomar conhecimento de seus enunciados, se entender que não pertencem ao programa do concurso, cabendo à comissão julgadora decidir, de plano, sobre a procedência da alegação;

III – sorteado o ponto, inicia-se o prazo improrrogável de cinco horas de duração da prova;

IV – durante sessenta minutos, após o sorteio, será permitida a consulta a livros, periódicos e outros documentos bibliográficos;

V – as anotações efetuadas durante o período de consulta poderão ser utilizadas no decorrer da prova, devendo ser feitas em papel rubricado pela comissão e anexadas ao texto final;

VI - O candidato poderá utilizar o microcomputador para a realização da prova escrita, mediante solicitação por escrito à Comissão Julgadora, nos termos da Circ.SG/Co/70, de 5/09/2001 e da portaria FFLCH nº 007/2022, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 02/07/2022.

VII – a prova, que será lida em sessão pública pelo candidato, deverá ser reproduzida em cópias que serão entregues aos membros da comissão julgadora, ao se abrir a sessão;

VIII – cada prova será avaliada, individualmente, pelos membros da comissão julgadora;

IX – serão considerados habilitados para a segunda fase os candidatos que obtiverem, da maioria dos membros da comissão julgadora, nota mínima sete;

X – a comissão julgadora apresentará, em sessão pública, as notas recebidas pelos candidatos.

5. Ao término da apreciação da prova escrita, cada candidato terá de cada examinador uma nota final, observada a eventual aplicação da pontuação diferenciada nos termos do item 11 deste Edital.

6. Participarão da segunda fase somente os candidatos aprovados na primeira fase.

7. O julgamento do memorial, expresso mediante nota global, incluindo arguição e avaliação, deverá refletir o mérito do candidato.

Parágrafo único – No julgamento do memorial, a comissão apreciará:

I – produção científica, literária, filosófica ou artística;

II – atividade didática universitária;

III – atividades relacionadas à prestação de serviços à comunidade;

IV – atividades profissionais ou outras, quando for o caso;

V - diplomas e outras dignidades universitárias.

8. A prova didática será pública, com a duração mínima de quarenta e máxima de sessenta minutos, e versará sobre o programa da área de conhecimento acima mencionada, nos termos do artigo 137 do Regimento Geral da USP.

I – a comissão julgadora, com base no programa do concurso, organizará uma lista de dez pontos, da qual os candidatos tomarão conhecimento imediatamente antes do sorteio do ponto;

II – o candidato poderá propor a substituição de pontos, imediatamente após tomar conhecimento de seus enunciados, se entender que não pertencem ao programa do concurso, cabendo à comissão julgadora decidir, de plano, sobre a procedência da alegação;

III - a realização da prova far-se-á 24 (vinte e quatro) horas após o sorteio do ponto as quais serão de livre disposição do candidato, não se exigindo dele nesse período a realização de outras atividades;

IV – o candidato poderá utilizar o material didático que julgar necessário;

V– se o número de candidatos o exigir, eles serão divididos em grupos de, no máximo, três, observada a ordem de inscrição, para fins de sorteio e realização da prova;

VI – quando atingido o 60º (sexagésimo) minuto de prova, a Comissão Julgadora deverá interromper o candidato;

VII – se a exposição do candidato encerrar-se aquém do 40º minuto de prova, deverão os examinadores conferir nota zero ao candidato na respectiva prova.

9. Ao término da apreciação das provas, cada candidato terá de cada examinador uma nota final que será a média ponderada das notas por ele conferidas nas duas fases, observados os pesos mencionados no item 3 e a eventual aplicação da pontuação diferenciada nos termos do item 11 deste edital.
10. As notas das provas poderão variar de zero a dez, com aproximação até a primeira casa decimal.
11. Aplicar-se-á pontuação diferenciada aos candidatos pretos, pardos e indígenas, nos termos ora especificados.

§ 1º - A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do concurso público é:

$$PD = (MCA - MCPPI) / MCPPI$$

Onde:

- PD é a pontuação diferenciada a ser acrescida às notas, em cada fase do concurso público, de todos os candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

- MCA é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram, excluindo-se os inabilitados, ou seja, os que não atingiram a pontuação mínima referida nos itens 4 e 13 do presente Edital. Entende-se por “ampla concorrência” todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas e aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

- MCPPI é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo-se os inabilitados.

§ 2º - A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do concurso público é:

$$NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI$$

Onde:

- NFCPPI é a nota final na fase do concurso público, após a aplicação da pontuação diferenciada e que gerará a classificação do candidato na etapa do concurso público, limitada à nota máxima prevista em edital. Ao término da fase de concurso público, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

- NSCPPI é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada.

§ 3º - Os cálculos a que se referem os §§ 1º e 2º deste item devem considerar duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

§ 4º - A pontuação diferenciada (PD) prevista neste item aplica-se a todos os beneficiários habilitados, ou seja, aos que tenham atingido o desempenho mínimo estabelecido no edital do certame, considerada, para este último fim, a nota simples.

§ 5º - Na inexistência de candidatos beneficiários da pontuação diferenciada entre os habilitados, não será calculada a pontuação diferenciada.

§ 6º - A pontuação diferenciada não será aplicada quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

12. O resultado do concurso será proclamado pela comissão julgadora imediatamente após seu término, em sessão pública.
13. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.
14. A indicação dos candidatos será feita por examinador, segundo as notas por ele conferidas.
15. Será proposto para nomeação o candidato que obtiver o maior número de indicações da comissão julgadora.
16. A posse do candidato indicado ficará sujeita à aprovação em exame médico realizado pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME, nos termos do Artigo 47, VI, da Lei nº 10.261/68.
17. A nomeação do docente aprovado no concurso assim como as demais providências decorrentes serão regidas pelos termos da Resolução nº 7271 de 2016.
18. O docente em RDIDP deverá manter vínculo empregatício exclusivo com a USP, nos termos do artigo 197 do Regimento Geral da USP.
19. O concurso terá validade imediata e será proposto para nomeação somente o candidato indicado para o cargo posto em concurso.
20. O candidato será convocado para posse pelo Diário Oficial do Estado.
21. Maiores informações bem como as normas pertinentes ao concurso, encontram-se à disposição dos interessados no site <http://academica.fflch.usp.br/concursos/doutor/todos>, pelos telefones 11-3091-4590 e 3091-4621, ou por correio eletrônico (apoioaca1fflch@usp.br).

ANEXO – Teoria Literária e Literatura Comparada

O Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada atua desde sua origem na formação de pessoal qualificado (preparando novos professores que atuam nos

diferentes níveis de ensino) e na produção de conhecimento (através de suas pesquisas) em áreas que se colocam na interface da Teoria Literária e da Literatura Comparada com Outros Saberes. Assim, seu corpo docente reflete de maneira plena tal atuação, com os professores contribuindo de maneira intensa e ampla em atividades de ensino, pesquisa e extensão ligadas à referida interface.

O Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada é o menor departamento de nossa Faculdade, contando, atualmente, com 17 professores. Não obstante seu reduzido tamanho, é responsável pela Coordenação do Ciclo Básico de graduação, recebendo em sua disciplina desse Ciclo (Introdução aos Estudos Literários I e II) 800 novos alunos por ano – sem contar o quadro das disciplinas optativas mencionado acima –, sendo responsável também pelo Programa de Pós-graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada (Mestrado e Doutorado), bem como pela orientação de graduandos em nível de Iniciação Científica, e supervisão de professores em nível de Pós-doutorado.

Desse amplo quadro de atividade docente saíram inúmeros professores que hoje trabalham no sistema do ensino médio (público e privado); no ensino superior, com vários de nossos egressos atuando em universidades estaduais e federais, bem como em universidades estrangeiras. Isso sem contar o contingente de egressos que atuam no âmbito da produção cultural (editoras, jornais, centros de cultura etc.). Nossa produção acadêmica, por sua vez, tem uma excelência reconhecida e confirmada em diferentes níveis, seja pela referência que nossos docentes representam em seus campos de atuação, seja pelos vários prêmios que o corpo docente e discente da pós-graduação tem recebido periodicamente e, em especial, nos últimos anos, com professores que continuaram e continuam a grande obra construída pela geração formada pelo professor emérito da Universidade, Antonio Candido de Mello e Souza.

No Projeto Acadêmico do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada – da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas –, fica claro o seu intento de manter e ampliar o nível de excelência alcançado ao longo dos anos nas mais diferentes vertentes de sua atuação profissional. Para isso – e em consonância com o Projeto Acadêmico da própria Faculdade –, o Departamento considera primordial que seus docentes estejam vinculados à Universidade através do regime de dedicação integral, visão que predomina no Departamento desde sua fundação, resultado da convicção de

que é ideal para a vida universitária que todos os docentes participem de atividades de ensino, pesquisa, extensão e engajamento institucional, tanto na Graduação quanto na Pós-graduação.

Trata-se, portanto, de manter e ampliar a excelência da produção de conhecimento e formação profissional na área de Teoria Literária e Literatura Comparada, bem como na interface dessas com Outros Saberes.

No Projeto Acadêmico do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada – da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas –, fica clara a sua intenção em manter e ampliar o nível de excelência alcançado ao longo dos anos nas mais diferentes vertentes de sua atuação profissional. Para isso – e em consonância com o Projeto Acadêmico da própria Faculdade –, o Departamento considera primordial que seus docentes estejam vinculados à Universidade através do regime de dedicação integral, visão que predomina no Departamento desde sua fundação, resultado da convicção de que é ideal para a vida universitária que todos os docentes participem de atividades de ensino, pesquisa, extensão e engajamento institucional, tanto na Graduação quanto na Pós-graduação.

Em função desse compromisso integral com a vida acadêmica, e buscando manter e ampliar a excelência da produção de conhecimento e formação profissional na área de Teoria Literária e Literatura Comparada, bem como na interface dessas com Outros Saberes, colocamos como objetivos gerais que devem nortear a trajetória do novo docente:

- Inteirar-se do Projeto Acadêmico do Departamento, a fim de que suas atividades e metas estejam integradas à visão geral que norteia a Área, a começar da elaboração de seu projeto de estágio probatório;
- Manter o alto nível de ensino de graduação junto ao curso de bacharelado em Letras;
- Manter o alto nível das atividades relacionadas ao Programa de Pós-graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada, incluindo-se aqui não apenas o ensino em nível de pós-graduação, mas também a orientação de alunos e produção de conhecimento;

- Manter o alto nível atingido de colaborações acadêmico-científicas tanto em nível nacional quanto internacional;
- Atuar no sentido de dinamizar o caráter interdisciplinar de nossa área;
- Procurar a integração no âmbito das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Quanto às atividades principais de ensino, mencionam-se:

- Ministras de forma regular disciplinas de graduação e pós-graduação, conforme a atribuição feita pelo Conselho Departamental;
- Atentar constantemente para o aperfeiçoamento das práticas de sala de aula, sempre procurando oferecer aos alunos a melhor formação;
- Atuar de forma engajada no Ciclo Básico, particularmente em função das necessidades demonstradas pelos ingressantes;
- Incentivar os alunos no sentido de uma maior integração à vida universitária, seja participando de grupos de pesquisa, seja participando de eventos da área (palestras, seminários, cursos de extensão etc.), seja ainda no incentivo à mobilidade internacional.

No caso dos prazos, essas atividades são contínuas desde o ingresso do docente, e obedecem, como foi dito, à distribuição anual das disciplinas a serem ministradas; no caso dos indicadores, a aferição da qualidade do trabalho se dá pelo reconhecimento dos alunos, pela procura por orientação, bem como pela busca por monitoria.

Quanto às atividades principais de pesquisa e inovação, mencionam-se:

- Orientar alunos de iniciação científica, mestrado e doutorado, além de supervisionar pesquisadores de pós-doutorado, contribuindo em todos os níveis para a formação e excelência acadêmica;
- Buscar uma maior articulação e cooperação entre os diferentes níveis de pesquisa – iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado;

- Submeter, em comum acordo com o orientando, o projeto de pesquisa às agências de fomento, pleiteando o apoio financeiro através de bolsas;
- Participação nas discussões sobre as questões de avaliação da pós-graduação, bem como do aprimoramento da Área;
- Atuar nas discussões e reflexões sobre os estudos literários através da organização e participação em eventos e publicações de fora do Departamento;
- Participar e auxiliar na organização do Seminário de Pós-graduação e outros eventos promovidos pelo Departamento, bem como da edição de seus periódicos;
- Participar de colaborações e convênios com universidades estrangeiras, bem como fazendo estágio de pós-doutorado, auxiliando dessa forma nas metas de internacionalização do Departamento; também nesse sentido, incentivar a mobilidade discente com a participação em eventos, cursos e publicações internacionais.

No caso de pesquisa e inovação, os prazos e indicadores são estabelecidos pelas diferentes atividades (caso, por exemplo, das orientações), levando-se em conta as referências históricas do Departamento que se baseiam nas instâncias de avaliação (Projeto Acadêmico, Relatório Capes), e que tem se refletido no reconhecimento dos pares.

Quanto às atividades principais de cultura extensão, mencionam-se:

- Oferecer cursos de extensão individuais ou em colaboração com doutorandos e pós-doutorandos;
- Participar, em função de convites, de bancas examinadoras de trabalhos de conclusão, bem como de avaliação da carreira docente em diferentes níveis;
- Participar em comissões editoriais e de pareceristas, também em função de convites e disponibilidade;
- Participar da organização do evento “Voz do Escritor” (evento semestral com mais de 25 anos de existência), bem como do curso “Aspectos da Cultura

Brasileira” (a convite da CCInt), em função da distribuição de tarefas pelo Conselho Departamental.

No caso dos prazos e indicadores, também aqui determinados em função da cada atividade (por exemplo, os cursos de extensão dentro de uma periodicidade regular; as bancas, em função dos convites); deve-se registrar também aqui a decisiva participação do docente no âmbito da vida administrativa do Departamento, sobretudo no caso de um departamento pequeno como é o nosso.

Quanto ao impacto que se espera do trabalho do novo docente, deve-se registrar:

- No curto prazo, espera-se que o docente se integre à dinâmica do Departamento, ministrando a carga horária designada aos docentes, bem como cumprindo as atividades e compromissos de pesquisa e extensão firmados em seu projeto de estágio probatório;
- No médio prazo, espera-se que o docente já esteja desenvolvendo todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão elencadas no presente documento, mas isso em função da dinâmica interna e das dificuldades impostas a um departamento de quadro reduzido; no caso do ensino, que já se sinta o impacto de sua qualidade didática nos formandos de suas turmas; no caso da pesquisa, que seus ensaios e publicações se tornem referência no estudo de seus objetos; e no caso da extensão, contribuindo para atender às demandas por cursos desse gênero, levando à comunidade a especialização adquirida na universidade;
- No longo prazo, espera-se que o docente se torne uma referência no âmbito de seus objetos de pesquisa, bem como um orientador e professor conceituado junto aos alunos, tudo isso traduzido por títulos e reconhecimentos diversos da universidade.